

O “exemplo” argentino



A crise econômica foi o resultado de um longo processo histórico de decadência

Já nos acostumamos, segundo os humores do momento, a ver na Argentina o Brasil de amanhã, o Brasil de ontem ou o contemporâneo, de hoje. De todo modo, nosso parceiro do Mercosul habita as nossas fantasias, a sua situação sendo uma possibilidade de que, de uma ou outra maneira, também pode ser a nossa. É bem verdade que o Brasil tem absorvido sem sobressaltos a crise argentina, e isso porque ela foi assimilada gradativamente nos últimos meses. A bancarrota foi o resultado de uma morte anunciada.

O que acontece com a Argentina nos obriga a pensar o destino de determinadas sociedades à luz do seu processo histórico e de sua formação estatal. Estamos por demais acostumados a um equivocado bom senso, segundo o qual a história das sociedades segue, de certa maneira, um curso ascendente, como se os seus conflitos e contradições pudessem ser obstáculos a ser ultrapassados com o transcurso do tempo. Esse é um tema que perpassa diferentes concepções da História, formuladas em distintas filosofias, voltadas para a descoberta de um princípio ordenador das mudanças e, mesmo, de crises agudas. A sua imagem no senso comum se traduz pela idéia de que uma sociedade, embora vítima de lutas agudas, pode não encontrar, na sua própria morte, o seu desfecho. Cabe, no entanto, a pergunta: se não há um princípio ordenador imanente às sociedades, podem o caos ou a decadência se instalar definitivamente?

ca, levada a seu ápice pelo regime cambial e pela incúria fiscal, aos quais se soma uma privatização pouco criteriosa, conduziu a um processo de dilaceração do tecido social. Num país acostumado com pouca miséria e tendo um nível médio social elevado para os padrões latino-americanos, vimos desenvolver-se a miséria galopante, a diminuição dos direitos sociais e a quebra das expectativas. Ou seja, da crise eco-

nômica se passou para a explosão social, fazendo com que o esgarçamento social se traduzisse por uma crise institucional, que é, na verdade, uma crise da autoridade estatal.

A situação argentina mostra aquilo que Hobbes pensou como um “estado de natureza”. Um “estado de natureza” se caracteriza por ser um estado em que cada indivíduo resgata para si o direito de fazer uso da violência com propósitos privados, visto que o Estado se torna incapaz de zelar pela paz pública e de prover o que, para essas pessoas, aparece como um mínimo indispensável para a conservação de sua própria vida. Não deve, portanto, surpreender que os saques observados não tenham sido apenas de alimentos, mas de rádios, televisões e eletrodomésticos. Quando a autoridade estatal desaparece ou se ofusca por um certo tempo, os cidadãos voltam à guerra de todos contra todos. Essa guerra é, então, vista como uma possibilida-

de latente em qualquer sociedade, tudo dependendo de como o povo de cada nação escolhe o seu destino.

Quando uma empresa entra em falência, fecha, os seus ativos sendo vendidos e os seus credores arcando com as suas consequências. No caso de Estados, fica difícil, se não impossível, “fechar”, pois qualquer “fechamento” repercutiria diretamente sobre a vida (e a morte) de milhões de seus habitantes, que, com todos os meios, se insurgiram contra essa situação, suscitando a possibilidade da guerra civil. Que os credores devam arcar com os prejuízos de seus investimentos, acrescidos de juros enormes, provenientes das altas classificações de risco, parece ser uma decorrência natural da situação. Para reaver o investido, deverão flexibilizar as suas condições e o seu montante. Que os partidos envolvidos no descalabro reinante devam pagar nas urnas a sua irresponsabilidade parece ser outra consequência desta situação. Agora, que o povo argentino deva pagar por tudo isso é muito menos evidente, pois o que está em jogo é a vida de milhões de pessoas.

Se persistir uma situação deste tipo, veremos a potencialização de toda espécie de conflitos. A saída do “estado de natureza” exige um pacto de outro tipo, um pacto de refundação do Estado. E este não pode estar somente baseado no apelo ao populismo peronista, tão responsável pelo estado presente. Os fantasmas do passado devem assustar pelo temor que inspiram, e não prometer o que já não puderam cumprir.

■ Denis Lerrer Rosenfield, professor de Filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Ph.D. pela Universidade de Paris, é autor, entre outras obras, de *Política e Liberdade em Hegel* e *O que é Democracia*.
E-mail: denisrosenfield@terra.com.br

